



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELISABETTE DJENABA CUDANGO

**A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA GUINÉ PORTUGUESA: DE PORTO
DE CACHEU PARA SÃO LUIS- MARANHÃO NOS SÉCULOS XVIII – XX.**

ACARAPE-CE

2018

ELISABETTE DJENABA CUDANGO

**A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA GUINÉ PORTUGUESA: DE PORTO
DE CACHEU PARA SÃO LUIS- MARANHÃO NOS SÉCULOS XVIII – XX.**

Projeto de pesquisa apresentado como trabalho de conclusão ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra Artemisa Odila Candé Monteiro

ACARAPE-CE

2018

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	PROBLEMATIZAÇÃO	4
3	JUSTIFICATIVA	4
4	OBJETIVOS	5
4.1	OBJETIVO GERAL.....	5
4.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	6
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
5.1	ESCRAVIDÃO EM ÁFRICA	6
5.2	A CHEGADA DOS PORTUGUESES EM GUINÉ-BISSAU: O PROCESSO HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NA GUINÉ PORTUGUESA E A IMPLANTAÇÃO DA FEITORIA DE CACHEU	14
5.3	DO PORTO DE CACHEU PARA SÃO-LÚIS: TRÂNSITOS ÉTNICOS- IDENTITÁRIOS NO ATLÂNTICO ESCRAVISTA	19
6	METODOLOGIA	23
7	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa surgiu como uma tentativa de esclarecer a escravidão no continente africano, especificamente em Guiné-Bissau, resgatando o seu processo histórico de comércio e tráfico de escravos. Seu objetivo é analisar o processo histórico de escravidão e venda de pessoas escravizadas na cidade de Cacheu para o comércio transatlântico.

O interesse pelo estudo sobre a historiografia escravista na Guiné portuguesa, em particular na cidade de Cacheu (norte do país), situada na zona norte do país, aproximadamente 100 quilômetros de Bissau. É uma vila situada à margem esquerda do Rio Cacheu, ou de São Domingos, a cerca de vinte e cinco quilômetros da foz. Foi um dos mais importantes portos de Guiné-Bissau e teve grande importância estratégica na costa ocidental da África. Também em Cacheu que se constituiu a primeira feitoria na Guiné colonial. Uma das importantes referências de porto de embarque de seres humanos escravizados na costa africana no período colonial, começou com a necessidade de eleger um tema para trabalho de conclusão de curso sobre a história do país. Nesse movimento, percebeu-se que grande parte da historiografia nacional tem como ponto de partida a luta de libertação nacional e descolonização europeia, ignorando, contudo, a construção da feitoria de Cacheu no tráfico de africanos dentro do processo colonial. Outro aspecto não menos importante neste cenário, é a crença dos bissau-guineenses, no caso em particular dos estudantes da Guiné-Bissau da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), da inexistência da escravidão em Guiné-Bissau.

No ensejo deste debate, o anúncio da União Europeia em novembro de 2015 de construir um memorial sobre a história da escravatura na cidade de Cacheu veio reforçar o meu interesse, dando oportunidade para propor um projeto de pesquisa como forma de registrar uma parte da história colonial até então desconhecida (ou ignorada) pela grande parte da literatura colonial. Nesse sentido, o presente trabalho nasce da vontade em inserir uma discussão sobre a escravidão em Guiné-Bissau, fato quase que inexistente na literatura colonial do país, dando ao mesmo uma vertente comparativa externa, analisando as trajetórias identitárias dos bissau-guineenses traficados para o Brasil – em particular no nordeste brasileiro, no caso em questão de São Luís, Maranhão.

O mesmo pretende constituir uma reflexão histórico-sociológica em torno da existência da escravidão em Guiné-Bissau, prestando particular atenção às questões

referentes a estratégias de sobrevivência, a construção de novas identidades sociais e étnicas entre os africanos e os crioulos no contexto colonial em São Luís.

Este estudo centraliza as análises na capital maranhense por esta constituir referência para distribuição de pessoas escravizadas provenientes da costa africana, a exemplo de Cacheu para vários estados de nordeste, incluindo Piauí. Deve ressaltar que, entre séculos XVIII e XX, São Luís era um porto importante para a rota Grão-Pará e Maranhão. Constata-se a existência de uma vasta literatura que registra a presença de africanos escravizados nestas regiões do nordeste brasileiro. Por esta razão, elegi os séculos XVIII e XIX como aportes históricos imprescindíveis para a compreensão da historiografia escravista, assim, como também traçar balizas para a compreensão das dinâmicas étnicas-identitárias e suas ressignificações fora do contexto bissau-guineense, e como seres humanos escravizados reinventaram as novas redes de vivências culturais no mundo transatlântico.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

- a) Em que medida se deu o processo de escravidão em Cacheu?
- b) Porque Cacheu foi designada o nome de cidade histórica?
- c) O que está atrás da negação ou o não reconhecimento da existência da escravatura na Guiné-Bissau se o porto de Cacheu era o ponto de comércio e de embarque dos escravos?
- d) Como podemos falar da resistência e dos resistentes se não houve a escravidão?

3 JUSTIFICATIVA

A intenção de pesquisar Cacheu como cidade histórica surgiu durante uma leitura do guia turístico de Guiné-Bissau. Nela, emocionei-me com o capítulo dedicado à história de Cacheu como a cidade velha com o seu sobrenome da Silva. Cacheu, umas das cidades mais antigas da Costa Ocidental da África, foi sede de comércio e tráfico de africanos escravizados nos séculos passados. A partir de 1446, este espaço foi ocupado pelo navegador português Nuno Tristão com a sua caravana em uma tentativa de viagem

intercontinental que durou muito tempo¹. Cacheu foi o primeiro local do país onde aportaram no século XV os navegadores portugueses e onde estabeleceram uma feitoria e uma das primeiras Igrejas Católicas do país. O porto de Cacheu era um local estratégico do comércio e de tráfico dos escravos que saíam do Golfo da Guiné. Porto de Cacheu dominava o comércio e tráfico negreiro nesta região, nele embarcavam quantidades de pessoas escravizadas que eram levados para Brasil, Cuba, Antilhas e as Américas, além do tráfico comerciavam outros produtos com os nativos desse local. No que diz respeito ao comércio eram feitos por meio de trocas de produtos para produtos para entre o colonizador e o colonizado, neste porto embarcavam e desembarcavam os produtos tais como: Ouro, Marfim, sal, prata, cobre, etc. (GUIA 2015).

Entendo que o projeto é de extrema importância no que diz respeito na área acadêmica porque Cacheu é uma cidade histórica que tem poucos teóricos discutindo sobre o assunto. Portanto, este trabalho é relevante para o desenvolvimento e conhecimento acadêmicos, porém vale a pena que haja documentos históricos ou textos escritos sobre Cacheu e conhecer a história, porque o próprio povo não conhece a sua história, e este trabalho contribuiria na construção de um memorial sobre a história da escravatura na cidade de Cacheu, a contribuição de registros de uma parte de história colonial até então desconhecida ou ignorada por grande parte da literatura colonial.

Neste sentido, o presente trabalho nasce de vontade de inserir a discussão sobre a escravidão, ao mesmo tempo pretende construir um sentido socioantropológico e histórico em torno da existência da escravidão na Guiné-Bissau, sinalizando para novas dinâmicas identitárias de cá e de lá, interações, de quebras de parâmetros de comportamento, de reconhecimento, de territorialidade e de pertencimento a um lugar de origem. Espera-se que este projeto forneça a régua e o compasso despertando curiosidades para os futuros trabalhos nesta área.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo histórico da escravidão em Guiné-Bissau e a construção de novas identidades étnicas no Atlântico escravistas entre cidade de Cacheu e São Luís.

¹ Refiro-me aqui ao momento em que a Europa se expandiu pelo mundo – a famosa teoria de “descoberta do mundo” através da “expansão europeia”, onde os portugueses foram os primeiros navegantes a expandir pelo mundo ou pela aventura da viagem intercontinental.

4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender como se deu a escravidão em África em particular e na Guiné dita portuguesa;
- Identificar os fatores que estiveram na origem da escravidão na costa ocidental africana partindo do porto de Cacheu;
- Descrever o processo de colonialismo na Guiné dita portuguesa;
- Identificar quais os grupos étnicos embarcados no porto de Cacheu para São-Luís;
- Analisar as novas identidades étnicas recriadas no contexto da escravidão atlântica.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA

Segundo Testa (2017), a escravidão existia na África desde os tempos remotos, na época do faraó em 2680 A.C. Essas práticas eram vistas antes chegada dos europeus no continente africano, mas era uma escravidão interna dentro do próprio continente, onde as pessoas eram escravizadas, exportadas da África e importadas para África. Porém elas eram escravizadas pelo crime cometido, pela linhagem de parentesco e domesticamente, por outras etnias devido às rivalidades étnicas que existiam no continente. As que foram escravizadas eram pessoas que foram capturadas nas guerras, que violavam princípios da convivência, que eram consideradas feiticeiras, entre outros. Continuado com as palavras de Testa, os que eram escravizados passavam por momentos difíceis com a caminhada forçada, com alimentação precária, com abusos sexuais e muitos deles acabam por morrer no meio do caminho porque atravessar o deserto de Saara era tarefa árdua. As pessoas não eram escravizadas só nas guerras ou pela a linhagem de parentesco, mas, a fome era um dos fatores que levaram muitas pessoas a se escravizarem, muitos aceitaram a se transformarem cativos pela troca de comida.

De acordo com Lovejoy (2002), a escravidão era uma forma de punição judicial e, também, religiosa, aplicado para a pessoas criminosas, ladrões, entre outros atos de violação ou desobediência da lei. Pessoas eram escravizados e até vendidas pelas próprias irmandades. Dentre as quais destacava a repreensão como forma em que o senhor, ou dono de escravo, utilizava para corrigir os escravos quando erravam ou quando desobedeciam às ordens e não desempenhavam as suas tarefas, eram repreendidos através

das forças, nesse caso, são castigados através trabalho forçado, privação dos alimentos, chibatadas, e o autor afirma que a escravidão está ligada ao trabalho; quer dizer, o escravo é obrigado trabalhar forçadamente. Neste sentido:

Na África, a escravidão passou por tal transformações em épocas diferentes e em diferentes proporções na savana setentrional, nas regiões centro-ocidental de Angola e na bacia do Zaire e em outros lugares. A transformação da escravidão de característica marginal da sociedade para uma instituição fundamental produtiva resultou na consolidação de um modo de produção baseado na escravidão. "Modo de produção" é usado aqui para enfatizar a relação entre a organização social e o processo produtivo, por um lado, e os meios pelos quais essa relação é mantida, por outro. O conceito isola as relações sociais de produção, isto é, a organização da população produtiva em termos da sua própria identidade e das maneiras pelas quais essa população é dirigida. A interação entre as relações sociais e econômicas de produção requer condições específicas para cada modo de produção, que permitam a renovação processo produtivo; de uma forma não há continuidade histórica, somente uma instância de produção. Finalmente a relação entre o processo produtivo e a sua renovação é refletida nas suas estruturas ideológicas e políticas da sociedade algumas vezes chamada de "superestrutura" como um meio de distinguir essas características da base material. (LOVEJOY, 2002, p.40).

“A escravização sempre é vista em diversas sociedades existentes no mundo, na África, a riqueza era representada pela quantidade de escravos ou gados enquanto que, na Europa, a riqueza era baseada nas quantidades das terras” (TESTA, 2017, p. 13). Conforme Testa (2017), o comércio transatlântico de escravo teve uma grande participação efetiva por partes dos chefes africanos, pois eram eles que designavam quem partiria para o novo mundo. Desta forma:

A escravidão levou a uma transformação social muito grande nos estados africanos, quando passaram a utilizar os escravos na produção como instrumentos de poder político e na servidão doméstica, inclusive nos serviços sexuais, a África foi a principal fonte de escravos para as antigas civilizações, para o mundo islâmico, a Índia e as Américas. (TESTA, 2017, p.7).

Porém, o comércio interno de escravos dentro de África, quer dizer, entre os africanos veio se intensificar com a chegada dos árabes no século VII, conforme o autor acima citado. Com base disso, Testa (2017) afirmou que entre os africanos, o comércio de escravos era de fraca intensidade, não ganhava tanta força até nos meados do século VII com a chegada dos muçulmanos na África, conseqüentemente o cenário sofreu uma modificação com a elaboração de uma ideologia pelos próprios árabes de uma inferioridade da raça negra e a sua condição sub-humana, onde existia a discriminação entre os escravos brancos e os negros. Nesse sentido, Mendes (2008) afirma que a escravatura africana não foi iniciada nos tempos modernos com o reconhecimento do

litoral africano nos primeiros tempos da expansão marítima, mas sim trata-se de uma prática muito antiga e reconhecida.

Segundo Albuquerque (2006), a escravidão tomou um novo rumo quando os árabes invadiram o norte da África e, também, o Egito no final do século VII e metade do século VIII. Naquele momento, a escravidão doméstica de pequena escala passou a conviver com o comércio mais abundante de escravos. Os árabes conseguiram transformar a escravidão africana em uma grande escala de comércio de escravos, e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial na África. Isto se trata de grandes quantidades de cativos, muito deles a serem vendidos e trocados tanto dentro da própria África quanto no mundo árabe e depois para as Américas (inclusive, o Brasil). Para Testa (2017), a escravidão era uma forma de converter os não muçulmanos ao islamismo. Portanto, neste âmbito,

Com a expansão islâmica a história da África ganhou novos rumos. Desde os fins do século VIII, os árabes, partindo da região do golfo pérsico e da Arábia disseminaram o islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente das armas. Eram as guerras santas, as jihad, destinadas a islamizar populações, converter líderes políticos e escravizar os “infieis”, ou seja, quem se recusasse a professar fé em Alá. Um dos primeiros povos a se converter ao islamismo, na África do Norte, foi o povo berbere. Os califas, como ficaram conhecidas as grandes caravanas que percorriam o Saara eram formadas principalmente por berberes islamizados. Foi assim, seguindo a trilha desses comerciantes, que o islamismo ganhou adeptos na região sudanesa, na savana africana ao sul do deserto do Saara. (ALBUQUERQUE, 2017, p.6).

Com a chegada dos árabes no interior do continente africano, a escravidão passou a ter uma nova ideologia por parte desses árabes, o islã era uma arma forte nesse processo, onde ele era usado para dominar o povo do norte da África os que convertiam ao islamismo não eram escravizados e os que não convertiam eram escravizados, foi assim o que o islã dominou o norte da África. O povo islamizado não podia ser escravizado por outro, pois ele tinha um estatuto de escravizar outro povo que não se converteu. Os califas eram membros importantes nesse processo de dominação que saiam para expansão do islã. Na mesma linha do pensamento, Albuquerque (2017), enfatiza que os cativos fizeram longa caminhada para atravessar o deserto do Saara e que “transitar no deserto era, além de exaustivo, uma peripécia perigosa: corria-se o risco de enfrentar tempestades de areias, de se perder entre dunas ou de sofrer ataques de assaltantes” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 6). Ainda sobre mesma questão enfatiza-se que os califas dirigiram do norte da África para a savanas do Sudão, carregavam espadas, contas de vidros e pedra, cobre, tecidos, cavalos, conchas, perfumes e, sobretudo sal. Levavam estas mercadorias para fazerem troca com os

chefes africanos, ao regressar, depois de tinha passado meses traziam ouro, pele, marfim e escravos. Estima-se que, entre os anos de 650 e 1800, cerca de 7 milhões de pessoas foram vítimas desse comércio transatlântico de escravo, sendo que 20 por cento delas morreram no caminho.

Albuquerque (2017), debruçou que durante a caminhada, os traficantes muçulmanos instalaram-se, nas fronteiras sudanesas, e cumpriam os seus rituais religiosos, rezavam 5 vezes por dia. Portanto, o Alcorão não condenava a escravidão, mas para os seguidores de Mohamed, era uma forma de missão religiosa, porém com o aumento do comércio de longa distância exigia o aumento de números de escravos. Nas outras rotas comerciais, a procura dos escravos só aumentava quanto mais escravos eram capturados, outros tanto eram necessários para preencher várias ocupações no mundo árabes, podiam ser funcionários encarregados da burocracia, agricultores, artesãos, concubinas, ceramistas, domésticas. Os árabes conquistaram e dominaram os líderes locais. Neste âmbito, a medida que aumentavam os territórios submetidos aos muçulmanos crescia as necessidades de controlá-lo e, também, como de realizar novas conquistas.

Portanto, o mundo árabe se revelou um bom mercado, de modo que não só traziam os cativos da África, mas também traziam de Índia, sudeste da Ásia, China e Europa ocidental. Continuando sobre a mesma questão, a África negra foi a quem mais abasteceu os mercados dos escravos, sobretudo com a ocupação do Egito e do norte da África pelos árabes. No século IX, o califado de Bagdá chegou a contar com 45 mil de escravos negros trazidos da África pelos berberes, e a partir do século X o número de escravos vindos da África subsaariana ultrapassava o dos turcos e eslavos. Portanto, essa tendência só veio se intensificar no século XVIII, cuja 715 mil pessoas foram capturadas na África negra e escravizadas no Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. Esse tráfico voraz era de gente de cor preta e explica a presença de negros na população árabes (ALBUQUERQUE, 2006). Neste âmbito:

Desse modo, a escravidão doméstica africana foi dando lugar a escravização em larga escala. A partir do século XV, com presença europeia na costa da África, esse processo ganhou dimensão intercontinental e faz da África a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações europeias de então se envolverem no tráfico e disputaram acirradamente sua fatia nesse lucrativo negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente portugueses lançaram-se na conquista dos mercados africanos. (ALBUQUERQUE, 2006, p.9).

Eles mais preferiam escravizar mulheres atraentes e crianças do que os homens. A razão pela escolha das escravas femininas é devido aos trabalhos domésticos,

ou com o propósito de torná-las concubinas, sendo as mais belas muitas vezes colocadas em uma casa de prostituição. Os preços das mulheres consideradas bonitas eram mais elevados, além porque quando engravidassem iam produzir novos escravos. As crianças eram preferidas não só porque se adaptavam mais facilmente à nova realidade, mas também porque eram treinadas para serviço militar e doméstico. Já as mulheres consideradas menos bonitas e os homens tinham os preços baixos e mais trabalhosos (LOVEJOY, 2002).

Vale salientar que a maioria desses escravos era da cor preta que provavelmente foram capturados na zona da África Ocidental que é uma região dominada mais pela população negra. Conforme Testa (2017), com o crescimento do mercado europeu dos escravos, acabou acelerando essa demanda: a escravização passou a fazer parte do comércio de exportação, não deixando de atender a utilização doméstica. Por sua vez, Mariza de Carvalho Soares (2000), no seu texto sobre a descoberta da Guiné no Brasil colonial, de 2000, ela adverte que é difícil saber a extensão do conhecimento dos portugueses sobre a África antes do século XV, porque até então eles conheciam a costa mediterrânea, o Egito, o Saara e o Norte da costa ocidental atlântica. Depois, com a tomada de Ceuta, a dinastia ou Ascensão, de Avis (Dom João, mestre Avis, rei de Portugal 1383-1385) conquistou não apenas uma importante praça comercial, mas também a oportunidade de conhecer melhor a geografia africana.

No ano 1443, os navegadores chegaram a Arguim pela primeira vez, como mostra a cartografia passa a ser chamada da África subsaariana (branca e islâmica). Seguindo a rota os portugueses chegaram a rio Gambia no ano 1446, a Guiné corresponde a costa ocidental do atual Senegal “terra dos negros” onde se estabeleceu o primeiro comércio regular dos escravos, a partir do ano 1450, a expedição ultrapassou a embocadura do rio Gambia, chegando a terra dos mandingas, mais de mil pessoas haviam sido levadas para Portugal, num ano atinge 800 mil escravos levados para Portugal. E em 1460 os portugueses chegaram Serra Leoa, e foi exatamente neste ano que morreu que morreu o Dom Infante Henrique o rei do Portugal (SOARES, 2000, p.76).

Neste âmbito, Testa (2017) afirma que os portugueses chegaram na costa atlântica africana nas décadas de 1430 e 1440, atingiram o rio Senegal em 1445, abriram uma rota simultâneas e transmarinas. Portanto, o objetivo de Portugal era ouro e escravos, mas não descartava a ideia de comercializar pimentas, marfim e outros produtos. A cumplicidade dos europeus, principalmente com a utilização dos soldados portugueses em 1514, aumentou o potencial do estado em adquirir escravos que abasteciam o comércio externo em troca de bens de consumo e serviços importantes, assim como o complemento da população escrava interna. A partir do século XVI, houve uma renovação das

sociedades africanas, modificando as formas de escravidão para uma forma de escravização de larga escala, e a partir desse momento começou os ataques nas vilas e os raptos das pessoas, com o objetivo de comercialização externa. Ainda em seus manuscritos, (TESTA, 2017), ressalta que, no século XVII, a costa ocidental da África exportou 4.192.000 escravos, uma parcela deles (cerca de 1,5 milhões) veio do Benim no final do mesmo século. Comerciar na África para os europeus significava a compra dos negros para serem vendidos nas Américas e o destino de maioria dos escravos que saíram da Sene-Gâmbia e de alta guine (região entre Gâmbia e Cabo Mount) foi a Europa, ilhas atlânticas e a América espanhola.

De acordo com a leitura feita sobre o catálogo do memorial da Escravatura e do Tráfico Negreiro (2016), ²a escravização dos africanos – levada a cabo e transformado pelos europeus – alterou esses parâmetros, retirou seus atributos ou qualidades humanas para os comercializar, alterou os corpos deles e apagaram as suas marcas identitárias e também marcadores que os objetificaram. Logo, eles foram retirados à força do seu espaço familiar, social, religioso, cultural e territorial, ao serem transferidos para outros lugares. Entretanto, o comércio europeu, gerador de lucros fabulosos e que retirou da África milhões de seres humanos, representou uma desestruturação das formas da organização de muitas sociedades africanas. Com base nisso Cecilia afirma:

Foi em fins do século XV e início do XVI, que a Coroa Portuguesa fez da ilha de São Tomé a base de suas operações comerciais com os “Rios dos Escravos” e com o Congo. (SILVA, 2002: 321) Estes pontos percorridos, segundo Jaime Cortesão, fizeram com que a expansão dos portugueses nas terras continentais do golfo da Guiné fosse obra quase que exclusiva dos moradores da ilha, muito mais numerosos e ricos que os de quaisquer dos demais estabelecimentos. (SILVA apud GUIMARÃES, 2011, p. 4).

Este comércio exterior dos escravos é o resultado da intervenção dos escravagistas, legitimados por ideologias e apoiados no cristianismo, e também contou com adesão de numerosos chefes africanos que participaram nesta operação comercial, procurando arrancar benefícios para consolidar os seus poderes nos planos simbólicos e políticos, mas também econômico o que tornou o fenômeno mais complexo e ainda hoje marcado por uma grande fragilidade no campo do conhecimento.

²Estou a referir as chiadas e as marcas que a pessoa que é escravizada leva. As Transformações nos corpos, muitas das vezes utilizaram ferretes para marcar os escravos de acordo com a vontade dos seus donos, e também essas marcas serviam-lhes da legalidade dos escravos, e passam-se dependendo totalmente dos seus senhores, portanto quando foram vendidos perderam praticamente todos, seus familiares, as suas culturas, e isso faz com que perderam as suas identidades.

No seu texto, Pacheco (2008) descreve que a abertura da costa atlântica da África pelos europeus, o crescimento e expansão de escravos cresceram muito rápido e as consequências eram grande. Neste âmbito, ela afirma:

As primeiras caravelas portuguesas se aproximaram da costa da África no Atlântico nas décadas de 1430 e 1440, alcançando o rio Senegal em 1445. Ao fazê-lo, abriram uma rota paralela às transaarianas. Os portugueses estavam mais interessados em ouro e escravos, embora tivessem dispostos a comercializar pimenta, marfim e outros produtos. O seu investimento na exploração da costa africana era um esforço consciente para evitar os intermediários muçulmanos; inicialmente eles apenas tiveram sucesso em expandir o comércio transaariano já existente, abrindo a rota marítima; depois, eles participaram no comércio interno africano como intermediários. Estruturalmente, por conseguinte, tanto os comerciantes portugueses quanto os muçulmanos exerciam as mesmas funções: eles conectavam a África subsaariana com o mundo mediterrâneo e participavam no comércio regional da África Ocidental. (LOVEJOY apud PACHECO, 2008, p. 25).

Assim sendo, verifica-se que povos, ao longo da costa Atlântica, testaram mudanças comprovais em sua organização social e orientariam a escravidão para padrões bem desigual do que existia anteriormente, isto acompanhado de um aumento interno na utilização de escravos.

O abastecimento desse intenso tráfico, para as Américas, foi realizado principalmente pelas regiões: área de Angola e do Congo (até quase o final do século XIX); Costa dos Escravos (Golfo de Benin, do final do século XVII até Século XIX); Costa do Ouro (do início do século XVIII até o seu final); baía de Biafra (centralizado no delta do Níger e do rio Cross). Outras regiões tiveram menor participação em épocas diversas como: do rio Bandana; costa perto do planalto de Futa Jalom; portos próximos onde agora ficam Morávia e Freetown; e a região da Senegâmbia com conexão com o interior muçulmano (PACHECO, 2008, p. 27).

Segundo Boubacar Barry (2005), a partir dos séculos XV e XVI, mudavam a direção do comércio do interior para costa e passou a dominar o comércio interregional da Senegâmbia em relação estreita com a exploração nas ilhas de Cabo Verde. Portanto, o comércio de ouro, marfim e de pessoas escravizadas provocou mudanças políticas e sociais. Porém, no século XVII, o mercantilismo colonial integra nas relações de dominação a Europa, a África e a América, e a Senegâmbia desempenhou um papel de periferia, as feitorias de Saint-Louis, Gorée, Saint-James, Cacheu e Bissau, prendem completamente a costa Senegâmbia que se transformou num lugar de vazão para provenientes fornecidos do interior até a curva do Níger, e o deslocamento das vias comerciais para costa é especificamente nas mãos dos franceses, ingleses e portugueses através do rio Senegal, Gâmbia e dos rios do sul, e arruinaram o antigo limite exterior

transariano para direção do norte em benefício do eixo Leste-Oeste. Neste âmbito, Boubacar afirma:

O tráfico negreiro, que permanece no centro de comércio durante todo séc. XVIII e parte do séc. XIX, determina largamente a evolução dos Estados e sociedades da Senegâmbia, embora zona secundária, exporta ininterruptamente cerca de 8.000 escravos por ano. O comércio de escravos que arruína tanto as sociedades costeiras como as do interior encontra-se associado no norte, no rio Senegal ao comércio da borracha, que favorece a inserção dos Berberes no circuito atlântico e a dominação da Senegâmbia setentrional pelos emiratos da Trarza e do Brakna. Do mesmo modo a importância do tráfico negreiro na Senegâmbia favorece a instalação das famílias dos negreiros nos rios do sul, bem como a utilização em grande escala de escravos para a produção dos alimentos necessários para o abastecimento dos navios negreiros. (BARRY, 1990, p. 11).

De acordo com o pensamento de Lovejoy (2002), a escravidão já tinha se transformado em algumas regiões de costa da Guiné no final do século XV e início do século XVI. O crescimento de mercado de escravos acelerou o processo de comércio e a escravidão passou a ser associada ao mercado de exportação, assim como a utilização doméstica. Portanto, no Congo, a escravização era uma instituição importante antes da chegada dos portugueses. A nobreza congoleza estabeleceu escravos no distrito da capital em Benza Sônio, a área costeira onde a pinda estava localizada, e essas duas províncias eram muito densa e habitadas por uma população do outro reino. Neste caso, a aliança com os portugueses, particularmente a utilização de tropas portuguesas em 1514, subiu a capacidade de adquirir os escravos que eram exportados em tocas de serviços e bens, ou utilizados para suplementar os cativos escravos internos. Neste âmbito, alguns escravos tornam-se soldados, principalmente os cativos do norte do rio Zaire, enquanto os nobres do Congo mantinham os escravos sob seus séquitos, seja como guarda costas ou como seguranças. Mas quando os nobres eram transferidos para outra província devido tarefas familiares ou administrativas levam esses escravos junto com eles. Portanto, os jagas (antigos povos africanos de Congo) ocuparam a capital de 1568 até 1572, antes que um exército combinado de portugueses e congolezes mandasse os invasores de volta. Ainda de acordo com Lovejoy (2002), os nobres congolezes investiam até em lavouras do São Tomé, o que pode indicar que o trabalho de mão de obra no Congo às vezes era organizado de acordo com um modelo de plantação.

Esses escravos não apenas trabalhavam nos campos de cana de açúcar, mas também produziam suas próprias previsões, construíam suas cabanas onde vivem com as suas famílias. Porém, com a escassez de escravos na costa de ouro que os portugueses bastavam, importando escravos de Benim e do Congo por via São Tomé. Isto revela que a

escravidão era uma instituição no Benim, assim como os pequenos estados acãs na costa de ouro assim como no próprio Congo. Portanto, os comerciantes locais da costa de ouro utilizavam os cativos como carregadores, o que mostra sua importância como operários comuns. Já na Serra Leoa, a escravidão era baseada na guerra, no século XVI, houve uma série de invasão no interior de Serra Leoa que desalojou várias pessoas e algumas delas foram escravizadas, sendo que no ano 1560 alguns desses escravos eram utilizados nos trabalhos agrícolas. O pirata traficante inglês, de nome John Hawkins, estava lá na aquela época. Quando ficou sabendo da escravidão em primeira mão, liderou grupos de ataques no continente com o objetivo de capturar escravos. No entanto, isso mostra que o comércio ainda não tinha se firmado, com parte do mecanismo do fornecimento de escravos que caracterizou posteriormente o comércio transatlântico de Serra Leoa.

5.2 A CHEGADA DOS PORTUGUESES EM GUINÉ-PORTUGUESA: O PROCESSO HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NA GUINÉ PORTUGUESA E A IMPLANTAÇÃO DA FEITORIA DE CACHEU

De acordo com Benzinho e Rosa (2015), a presença dos primeiros homens na atual Guiné-Bissau foi datada 200 mil anos a.C., mas os registos históricos mais evidentes iniciam-se no 3º milênio a.C. com a chegada de povos do deserto do sahará, ascendentes dos atuais grupos étnicos do litoral e ilhas da Guiné-Bissau. No século IV a.C. funda-se o império de Gana que perdura até ao séc. XI, quando os almorávidas tomaram Kumbi-saleh, a capital de Gana. Continuado com a fala desses autores, então os povos nulus e Ladurnas chegam a Guiné-Bissau, onde dominavam os povos Mandingas, pertencentes ao reino de Gabú, instalados entre a região nordeste da Guiné-Bissau e a região de Casamansa. O reino de Gabú era por sua vez vassalo do império do Mali (1230 a 1546), estado rico e sumptuoso que se estendeu entre a região do rio Senegal e do alto Níger.

A chegada dos portugueses na atual Guiné-Bissau se deu no século XV, Nuno Tristão foi o primeiro navegador português a chegar esta região no ano 1446, sob a missão da coroa portuguesa. Sobre o mesmo assunto Candé Monteiro (2013), enfatiza que:

Assim, como em outras partes do continente africano, o século XV – aproximadamente o ano de 1446 – marca o início da chegada dos portugueses no território que viria mais tarde a denominar-se Guiné-Bissau, pois o acesso à Costa da Guiné, ou seja, Senegâmbia, deu-se através da rota instituída pelo navegador Álvaro Fernandes. Entretanto, na Guiné-Bissau, a ocupação começou no norte do país a partir da cidade de Cacheu, fundada em 1588, mas sob a regência da administração do Arquipélago de Cabo Verde. As primeiras feitorias

foram construídas nos cursos dos rios São Domingos, Cacheu, Farim e Buba, já que inicialmente os portugueses não intencionavam a ocupação no interior do país. Assim, em 1642, a cidade de Cacheu torna-se a capitania e principal referência dos portugueses para o acesso ao resto do país. A cidade de Farim foi fundada em 1640, e a atual capital, Bissau, teve a sua ocupação em 1686 (CANDÉ MONTEIRO, 2013. p. 92).

De ponto de vista historiográfico sobre o processo da ocupação dos portugueses no solo guineense, entende-se que no século XV os invasores começaram a fazer o comércio de escravos, especiarias, ouro, marfim, entre outras, com os nativos de Guiné. Dessa forma, os portugueses perderam o monopólio no século XVII quando os ingleses e franceses começaram a se interessar também no tráfico de escravos. No entanto, a partir do século seguinte, os arredores do território da Guiné passaram a serem ocupados por outros interessados, ingleses e franceses. Portugal, por sua vez, fazia questão de não reclamar das outras partes interiores e ficava na zona costeira. Também vale salientar que Guiné-Bissau, naquela altura, não era uma colônia oficialmente de Portugal. Só passou a ser autonomamente uma colônia portuguesa quando realizaram a conferência de Berlim em 1884 a 1885 na Alemanha, onde decidiram o destino e a partilha da África por grandes potências europeias. Com base disso, Candé Monteiro (2013) afirma que

[a] desenfreada rivalidade que se verificava no seio das potências europeias, no tocante ao acesso às zonas mais ricas para exploração de matérias primas, impulsionou a convocação da Conferência de Berlim para organizar a divisão legal das zonas de exploração. Cerca de quatorze países europeus se reuniram em Berlim, na Alemanha, a fim de discutirem as formas de administrar as suas colônias em África. Na ausência de africanos, a África foi dividida em forma de bolo, cujas fatias foram repartidas, conforme o peso de cada potência, assim como fora também avaliado prestígio econômico, de modo que a Inglaterra e a França obtiveram mais colônias, bem como acesso às zonas estratégicas. Foi nesta conferência que se estabeleceram as linhas da divisão da África entre as potências imperialistas, originando um novo mapa geográfico do continente africano maquiado com o rosto do colonialismo. O objetivo desta conferência era a defesa dos interesses das grandes potências sem, contudo, ter em conta as questões socioculturais e políticas das sociedades africanas (CANDÉ MONTEIRO, 2013. P. 88).

É oportuno salientar que houve um acordo entre Portugal e França em 1886, no processo de delimitação de fronteiras, que fez com que Portugal perdesse por falta de interesse uma parte do seu território (Casamance) para a França. Porém, Guiné-Bissau passou a ser como uma província desligada de Cabo verde em 1879 e veio se tornar um país ou província ultramarina em 1950. Por isso, era um território batizado de Guiné Portuguesa. Assim sendo,

A região que hoje denominamos de Guiné-Bissau nem sempre foi o mesmo território da chamada Costa da Guiné ou Costa Africana, ou melhor,

Senegâmbia, pois a divisão arbitrária da Conferência de Berlim, em 1884-1885, traçou fronteiras e separou povos sem levar em conta as tradições culturais dos grupos étnicos existentes e suas fronteiras, obedecendo, portanto, somente aos interesses econômicos (CANDÉ MONTEIRO, 2013 p.95).

Segundo Manuel dos Santos (1989), após a conferência de Berlim, Portugal foi obrigado a confirmar a sua ocupação em territórios que tanto reivindicava pertencer-lhe na África. Dessa forma, começaram com a intervenção militar, mas no sentido de submeter à população guineense ao domínio direto da administração colonial e isto causou uma resistência conjugadas de etnias diferentes. Nesse âmbito, o colonialismo português criou um binário que será o eixo da exploração de Guiné: começaram a cobrar um imposto caro e os preços dos produtos fundamentalmente (mancara, arroz, coconete, entre outros) são baixos, e ainda por cima obrigaram os camponeses a pagar imposto a fim de evitar o trabalho forçado, e todos os produtos importantes produzidos e que sobrava era exportados para Portugal que por sua vez enviava mercadorias que eram trocadas pelos produtos agrícolas que sobravam, assim excluindo as trocas com outros grupos fora de território. Neste caso, Portugal ficou como um único parceiro do comércio externo.

Dessa forma, os grupos étnicos que se encontravam na Guiné eram obrigados todos a fazer relações de trocas mais estreitas através de rede comercial portuguesa. Neste caso, Santos (1989) afirma que, nos primeiros contatos não tinham um espaço específico, com a estrutura própria para executar as suas atividades comerciais; portanto, realizavam os negócios com os apoios dos chefes ou reis africanos, que os hospedavam durante o período necessário para a realização da operação mercantil. É importante destacar que são os próprios régulos que hospedavam os comerciantes europeus, em particular portugueses. É importante salientar que, embora a chegada dos europeus na costa da África foi demonstrada pelos ações comerciais e trocas de mercadorias, mais tarde veio associar ao tráfico humano através da colaboração por parte dos chefes locais e os seus fornecedores.

Os portugueses entraram em Cacheu em 1446 pelo navegador Nuno Tristão, que foi morto por nativos. Segundo o Guia Turístico (2015), eles entram pelo rio de Cacheu onde desembarcaram. Segundo Henriques (2016), quando os portugueses chegaram no porto de Cacheu viram poucas pessoas nas ruas, dentre os quais são as crianças a brincar no pontão que entra pelo rio dentro. Naquele dia, choveu intensamente e a cidade ficou cinzenta. Porém, esta cidade chegou a ser capital da Guiné-Bissau e foi a zona dependente de Cabo Verde até 1879, quando foi desvinculada da dependência administrativa de Cabo verde. Neste âmbito, Cacheu é um dos pontos que os portugueses

escolheram para fazer as suas atividades comerciais e ela tornou-se um dos principais portos de resgate de escravos. Segundo o historiador Leopoldo Amado, todos os negócios das zonas vizinhas era controlado a partir de Cacheu e todas elas colaboraram para que o comércio de escravos possa crescer. Era em Cacheu que o capitão-mor e os comerciantes portugueses viviam durante os anos que a escravatura³ durou e o resgate era feito em Cacheu e em outros pontos que foram criados para facilitar o negócio.

Neste sentido Henriques (2016), os portugueses traziam barras de ferro, bugigangas, tecidos, álcool. Eles recebiam, em troca, escravos, couro e pimenta. Eram os grandes comerciantes que moravam em Cacheu. Ali também residiam os lançados (homens brancos, alguns deles de origem judia que, à revelia das autoridades da época, funcionavam como intermediários, por serem perseguidos na Europa ou condenados). Acabavam, assim, por encontrar forma de ganhar a vida através do comércio de escravos. É, pois, neste quadro, que os capitães-mores e os poderosos comerciantes se queixavam muito dos lançados, com quem eram obrigados a partilhar os dividendos do comércio. Mas também, na época, o nome lançado estava ligado ao indivíduo que se vende a si próprio, sem moral, descaracterizado e que conseguia viver nas matas, no sertão.

De ponto de vista historiográfico, o testemunho do Leopoldo Amado, do documentário feito no texto da Joana Gorjão Henriques – intitulado “*Guiné-Bissau: alimentar o comércio de escravos de Cabo Verde*” –, afirma que não são os moradores portugueses de Cacheu que iam capturar os escravos, mas sim as pessoas eram escravizadas porque tinham sido presas numa guerra, ou eram de castas inferiores, ou mesmo tinham dívidas que não podiam pagar. Os reis locais e as elites africanas da altura comercializavam diretamente com os moradores ou através dos lançados.

Conforme observamos a fala do Amado, em acervo político Guiné-Bissau: a alimentar o comércio de escravos de Cabo Verde (2016), os comerciantes, por sua vez, comercializavam também com os negreiros. Neste âmbito, os guineenses comercializavam com negreiros portugueses e de outras nacionalidades, mesmo quando a lei régia o proibia. Logo, existia uma constante tensão entre os moradores e as autoridades. Era um negócio rentável, os escravos valiam algum dinheiro. O aparecimento das grandes companhias de navegação e comércio entre as quais: a Companhia de Cacheu e Rios da Guiné (1676), a Companhia de Cabo Verde e Cacheu (1690) e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão

³ Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/-guinebissau-alimentava-o-comercio-de-escravos-de-cabo-verde-1729883> Joana Gorjão Henriques (Texto) e Frederico Batista (Vídeo e Fotografia) acesso em: acervo público, 19/10/2018 - 17:28. **Guiné-Bissau: alimentar o comércio de escravos de Cabo Verde.**

(1755). Elas obtiveram o comércio exclusivo desta região contribuiu igualmente para a decadência das ilhas de Cabo Verde. No entanto, naquele tempo veio haver um período de muita fome e a maior parte desses escravos morreram por falta de alimentos e epidemias. Nesse sentido, algumas pessoas em Cacheu criticaram os comerciantes por terem maltratado os escravos. Porém, a autora ainda conta que mandaram uma representação à coroa queixar-se, o que prevalecia era a ideia de lucro; os escravagistas, por sua vez, criaram toda uma teoria de que era preciso primeiro cristianizar, salvar a alma, e salvando a alma se justificava tudo o resto. Aos olhos da época, isto amenizava os maus-tratos e outras coisas que pudessem ser moralmente condenáveis.

A Igreja Nossa Senhora da Natividade, a padroeira de Cacheu, é um dos lugares importantíssimos na história de Cacheu. Segundo os historiadores, ela foi fundada ou construída no século XVI pelos portugueses e foi a primeira a ser edificada na costa ocidental da África. Também, para dar ênfase na minha fala, naquela altura os escravos antes de embarcarem ou serem levados para as Américas, neste caso, Brasil, e entre outros lugares, eram batizados naquela Igreja antes do embarque, e, também, a capela Nossa Senhora de Natividade não só uma propriedade nacional, mas sim, uma propriedade vaticana, e também conta que os primeiros cristãos na Guiné-Bissau nascidos em Cacheu.

De acordo com a fala do historiador Leopoldo Amado (2016), a igreja ficou danificada no século XVII devido às cheias no Rio e já foi reabilitada várias vezes. Nela, chegou-se a converter aproximadamente 600 a 800 africanos. É importante salientar que esta igreja está muito bem conservada hoje em dia e um dos pontos de peregrinação dos católicos em Guiné-Bissau⁴.

Contudo, é importante destacar a figura do Honório Pereira Barreto e a sua mãe Rosa De Carvalho Alvarenga. Os dois tiveram uma ação ativa e participativa no processo de escravidão na Guiné. Conforme Lopes (2016), de origem mestiça, Honório Barreto é filho de um oficial de exército cabo verdiano, João Pereira Barreto, e de sua mãe cabo-verdiana. Mas por que digo que ele é um mestiço? É porque a avó materna dele era uma escrava guineense, possivelmente da origem felupe, e o seu pai era um padre cabo-verdiano. O avô materno do Honório, Manuel de Carvalho Alvarenga, era o comandante de Ziguinchor em 1800 na virada para o século XVIII. Tal como todos os altos funcionários,

⁴ Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/-guinebissau-alimentava-o-comercio-de-escravos-de-cabo-verde-1729883> Joana Gorjão Henriques (Texto) e Frederico Batista (Vídeo e Fotografia) acesso em: acervo público, 19/10/2018 - 17:28. **Guiné-Bissau: alimentar o comércio de escravos de Cabo Verde.**

ele também atuava no comércio de escravos, com algumas especiarias, tais como: cera de abelha, arroz, sal e marfim, que eram trocados por ferro, armas, pólvora e aguardente.

Porém, Lopes (2016), João Pereira Barreto, pai do Honório, em 1814, liderou uma revolta contra o então comandante de Cacheu, que foi deposto em nome do povo sob a acusação de insanidade, o “golpe”, que colocou seu governo no controle da cidade. Os relatórios oficiais reconhecem a sua autoridade, que era “bem merecida e que tinha hereditária influência com as nações gentias, e na aquela época, ele era o rico proprietário da maior casa comercial de Cacheu. Quando viajou para as ilhas de Cabo Verde por razões de saúde, foi acompanhado por “sua mulher, a família constante de trezentas pessoas”, a maioria das quais eram escravos e serviçais domésticos, veio morrer em 1829, ao morrer, deixou terras na Guiné, Cabo Verde e Brasil, além de uma casa em Lisboa para sua esposa, que veio a se tornar a mais poderosa comerciante das regiões de Cacheu e Ziguinchor. Sua irmã, Josefina, nascida em Cabo Verde, casou-se duas vezes, em ambas com oficiais militares que detinham postos-chaves na Fazenda Real.

A praça e a feitoria de Cacheu foram fundadas em 1558 por Manuel Lopes Cardoso sob a ordem ou autorização do régulo local, o que não impediu que dois anos depois fosse atacada pela população e foi destruída. Segundo Teixeira (2010), o atual Forte do Cacheu foi construído em 1641, pelo capitão-mor Gonçalo Gambôa de Ayalla, para se defender dos navios espanhóis, e em 1647 ainda não estava concluída, tendo sido enviados nessa data a Cacheu pedreiros e outros operários para a sua construção. Para fomentar o comércio da região, fundou-se em 1675 a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné que poucos anos depois, em 1690, no tempo de D. Pedro II, foi substituída pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde. Esta companhia passou depois para Bissau; e, a partir de 1755, os seus negócios transitaram para a Companhia de Grão-Pará e Maranhão, até 1778.

5.3 DO PORTO DE CACHEU PARA SÃO LUÍS: TRÂNSITOS ÉTNICOS-IDENTITÁRIOS NO ATLÂNTICO ESCRAVISTA.

Segundo Maria Celeste Gomes da Silva (2009), essas ligações sócio-políticas e mercantis ganharam forças com a criação de Companhia Geral do Grão para e Maranhão e considerando um estabelecimento de rotas que os portugueses monopolizavam na região de Senegâmbia para o nordeste açucareiro no século XV. Porém, o porto de Cacheu e de

Bissau tiveram um grande papel nessa história, pois serviam de pontos de concentrações de cativos a serem exportados, e também desembarcavam os produtos que eram denominados de mercadorias para comércio de escravos, tais como tecido, pólvoras, armas de fogo, etc., afim de fazer a troca por cativos. Com base disso, afirma Maria Eugênia Francisco:

O porto de Cacheu era o ponto de partida de uma elevada quantidade de produtos cujo destino era o Brasil, a América Espanhola e Portugal. Enquanto que o Terreiro do Paço era o ponto de chegada de muitas dessas mercadorias que posteriormente seriam comercializadas para o resto da Europa. Outro aspeto em comum aos dois locais é a presença de mercadores estrangeiros. Cacheu nesta altura estava no seu auge comercial (FRANCISCO, 2013, p.3).

Conforme consta no catálogo do memorial da escravatura (2016), depois de exigências dos comerciantes, a coroa excede a contribuição da Companhia da Navegação e Comércio da Índia em 1619 com participação de municípios e de privados. Ainda no século XVII, criaram duas companhias para o comércio e navegação na costa africana, quase especializadas no tráfico de escravos para a América luso-espanhola. Nas palavras de Caldeiras (2016), as Companhias de Cacheu e Rios da Guiné foram fundadas em 1676, e a de Cabo Verde e Cacheu, em 1680. D. João V, já no século XVIII, criou a Companhia da Ilha do Corisco no atual Guiné Equatorial, com a finalidade de vendas de escravos. No entanto, com o período pombalino, o comércio de escravos a partir de Cacheu e de outras praças africanas onde os portugueses dominaram, ganhou um novo fôlego com a criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Perante a proibição da escravatura indígena no já então denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão, esta companhia optou pela importação de escravos africanos para o desenvolvimento agrícola da região.

Ainda sobre o texto do memorial da escravatura, a companhia do Grão-Pará e Maranhão desde a data da sua fundação, 1755, obteve apenas três mil africanos que haviam ingressado no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Mas, com a extinção da companhia, que durou de 1755 a 1778, esse número saltou para cerca de trinta mil. Destes, 74% provinham das praças de Bissau e Cacheu. É importante salientar que o principal motivo da criação da companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão era para comercializar ou vender os escravos. Com base nisso, Maria Celeste Gomes Da Silva conta que:

A CGGPM exerceria um importante papel ao remontar em Cacheu e Bissau redes de compra de cativos. Segundo Carreira, a companhia orientava a movimentação comercial e o tráfico através dessas praças mercantis, por meio de caixeiros volantes e comerciantes de africanos. Destaca também de que modo esses dois portos serviam basicamente de pontos de concentração de cativos africanos a serem exportados, sendo que os produtos que entravam na região eram denominados “mercadorias para escravatura” (tecidos, pólvora, armas de

fogo, ferro em brasa, etc.), ou seja, para serem trocadas por cativos⁴. Como já alertava Costa e Silva, de alguns roteiros de navios “dos que vincularam, por exemplo, Cacheu, Santiago de Cabo Verde e a Alta Guiné a Parnaíba e aos portos do Maranhão – pouco sabemos”. (GOMES DA SILVA, 2009, p.2).

De ponto de vista histográfico, Maranhão era um estado fértil e menos produzida por falta da mão de obra. Por isso que optaram por investir no comércio de escravos: para facilitar as suas atividades produtivas. Segundo Gomes Silva (2009), algumas pessoas maranhenses acreditavam que o escravo africano resolveria a problemática questão da utilização da mão-de-obra indígena, e houve gente que estava a favor e defendia a introdução de escravos da África no estado. Entre as vozes que defendiam, estava o Padre Antônio Vieira. Este argumentou contra o resgate de índios, ressaltando que para o desenvolvimento do Maranhão a melhor solução seria a importação de cativos africanos. Logo, a autora mostra que, com base nos mapas de escravatura, de 1775 até 1799 foram inseridos um total de 32.343 escravos no Maranhão de 1775 até 1784 por intermédio da Companhia e de 1785 até 1799 sob forma de contrato e por particulares. Observamos que os cativos africanos que desembarcaram em São Luís eram provenientes dos seguintes portos: Cabo Verde (19); Malagueta (40); Costa da Mina (184); Moçambique (371); Benguela (425); Guiné (1.972); Angola (3.237); Cacheu (6.099) e Bissau (8.821). Pelo visto, porto de Cacheu e Bissau foram os que mais forneceram pessoas escravizadas para Maranhão. Assim afirma que “predominância dos africanos da Alta Guiné, representada por Cabo Verde, Malagueta, Guiné, Bissau e Cacheu, que correspondem a 16.951 ou 80% dos cativos desembarcados na capitania maranhense” (GOMES SILVA, 2009, p.12).

Conforme o teórico Campos (2012), em 1630-1640, o tráfico anual dos escravos é de 2 000 a 3 000 escravos em Cacheu. Portanto, houve muitos conflitos e revoltas por partes da população e, para manter em paz na Praça de Cacheu, os portugueses pagaram anualmente aos régulos da região 160 cruzados, e ainda 40 quintais de algodão e 160 vasilhas de vinho. Nesse âmbito, eles têm a autoridade de comercializar mais escravos. Portanto, o autor conta que, em 1756-1788, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão leva de Bissau e Cacheu um total de 19 849 escravos com destino ao Brasil; e, destes, chegaram vivos 18 580, tendo perecido no trajeto 1269 seres humanos tratados como mercadorias pelos criminosos traficantes de escravos. E houve muita revolta e resistência por parte do povo de Cacheu. Porém, em 1825, o povo de Cacanda (vila ou bairro de Cacheu onde fica a ponta do Honório Barreto), ataca a Praça de Cacheu em outubro, e atacaram mais de

novo no dia 13 a 15 de dezembro do mesmo ano. Neste âmbito, gostaria de salientar que maioria dos escravos inseridos no maranhão eram vindos do porto de Cacheu e Bissau, principalmente o porto de Cacheu é o essencial nessa trajetória atlântica. Segundo o autor Reinaldo dos Santos Barroso Júnior, no seu trabalho intitulado *“Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)”*, “a entrada de escravos se deu por dois caminhos: o primeiro por via oceânica galeras, curvetas, navios, brigues, bergantins e escunas atravessaram o Atlântico e transportaram grandes carregamentos de escravos, a maior parte procedente dos portos de Bissau e Cacheu” (BARROSO, 2009, p.109).

Com base nisso, a fala de Caetano Manenti (2015), na revista eletrônica GELEDÉS, testemunha que a lista com nomes de navios negreiros escancara cinismo dos comerciantes de seres humanos no Oceano Atlântico. Portanto, especificamente no porto de Cacheu, o navio que fazia a trajetória de Cacheu para o Maranhão era chamado *“Amável Donzela”*. A sua característica era a seguinte: bandeira de Portugal, tipo de embarcação - galera, travessias realizadas - 11, escravos transportados - 3.838, escravos mortos durante a viagem - 298, escravos desembarcados no Brasil - 3.540, e a tripulação (média) é igual 31 (Caetano, 2015).

Segundo Gomes Silva (2009), dentre a população africana inserida como cativa no São Luís durante a atividade da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão entre o rio Casamansa e o Cacheu especialmente no porto de Cacheu, foram resgatados banhuns, cassangas, felupes, baiotes, balantas, brames, pepéis e caboianas. Também, no porto de Bissau, os africanos embarcados para a capitania maranhense eram pepéis da própria ilha, balantas, manjacos, bijagós, beafadas, nalus e mandingas, soninkés e pajandincas. Esses foram os grupos étnicos que mais alimentaram a corrente do tráfico transatlântico da Guiné para Brasil.

De acordo com o documentário produzido pela AD – Ação para o Desenvolvimento, em 2010, alguns brasileiros quilombolas e caboverdianos retornaram a Guiné-Bissau em busca das suas origens étnicas e identitárias. Um evento realizado pela Organização Não Governamental AD – ação para o Desenvolvimento em parceria com a União Europeia (EU), o evento ocorreu de 18 a 25 de novembro de 2010. Portanto, a caravana dos quilombolas chegou no dia 19 para participarem no festival *“Cacheu caminho de escravos”* e, depois de chegar, partiram para Cacheu: a cidade onde foram retirados os seus ancestrais e levados para o novo mundo. Quando chegaram em Cacheu,

foram recebidas em um ambiente de festa, onde se sentiram representados e identificados na sua terra de origem. Nesse âmbito, descobriram em termos culturais, a semelhança entre alguns produtos e os objetos de artesanato e muitos outros que tiveram em comum. O reencontro teve efetivação das várias visitas dos locais históricos no processo da escravidão, visitaram o antigo e velho porto de Cacheu, onde ocorriam exatamente a negociação e o tráfico negreiro, depois partiram para a Parque Nacional de Mangui, concretamente em Blol, uma das zonas da região da Cacheu habitada pela população felupes que sofreu também com a exploração humana (lá, também teve um porto onde faziam a embarcação). Portanto, não decorre das suas visitas, visitaram também a tabanca de Calequis, e Caio, e por último visitaram o forte de Amura em Bissau, o local em que se encontra a sepultura do pai de nacionalidade guineense, Amilcar Cabral, entre outros combatentes da luta da libertação nacional.

Este retorno às origens, na antiga feitoria de Cacheu e imediações, demonstra o interesse em reconstruir os laços identitários e culturais que liga os povos africanos e a sua diáspora. Neste ensejo, o atlântico escravista descreve as utilizadas identitárias preservadas no contexto da diáspora africana, apresentando, contudo, as ressignificações culturais provenientes dos encontros com diversos povos.

6 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa tem caráter qualitativo. Escolhemos o método qualitativo conforme o nosso objeto de estudo, porque vimos que ele será mais adequado para a análise proposta. Metodologia é caminho percorrido para atingir um determinado objetivo, ou seja, é um conjunto de técnicas utilizadas para coleta de dados durante a pesquisa. Segundo Cerswell (2010), a pesquisa qualitativa é meio pelo qual o pesquisador entende o problema de uma comunidade selecionada para estudar ou entender os significados dessa comunidade. Segundo Tezani (2004), as pesquisas qualitativas podem utilizar-se de vários métodos e técnicas na busca dos seus objetivos propostos.

6.1 TÉCNICA A SER UTILIZADA

Quanto ao meio de pesquisa, optamos por uma investigação de campo. Para Rodrigues, “são procedimentos que operacionalizam os métodos. Para todo método de pesquisa, podem ser utilizadas uma ou mais técnicas, que estão relacionadas com a coleta de dados” (RODRIGUES, 2006, p. 92). Para Tenzi (2004), a realização de uma pesquisa

de campo é necessária que o investigador vá ao campo onde vivem os sujeitos da ação que se deseja pesquisar, permanecendo por ali por um tempo prolongado que lhe permita penetrar na vida cotidiana e tornar visíveis os distintos significados e ações que ocorrem em seu interior, ou seja, esse tipo de pesquisa ajuda o investigador a vivenciar a realidade que o pretende estudar e descrevê-lo através da sua observação no campo.

Para realização da nossa pesquisa, faremos um levantamento bibliográfico sobre o assunto que pretendemos estudar. A pesquisa de campo será feita a partir de entrevistas semiestruturadas, compostas por questões abertas. Para Rodrigues, “a entrevista é a técnica utilizado pelo pesquisador para obter informações a partir de uma conversa orientada com o entrevistado e deve entender a um objetivo predeterminado” (RODRIGUES, 2006, p. 93).

6.2 LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS PESQUISAS

A nossa pesquisa será realizada em duas cidades, na cidade de São Luís (MA), e cidade de Cacheu. Maranhão⁵ é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Localiza-se no extremo noroeste da Região Nordeste. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Com área de 331 937,450 km², possuindo 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil. Tem uma população de 7.000.229 habitantes. A capital e cidade mais populosa do Maranhão é São Luís. Esta, por sua vez, localiza-se na ilha de Upaon-Açu no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar, no Golfão Maranhense. Vale ressaltar que o Maranhão também é considerado pela historiografia a cidade onde teve a maior contingência de escravizados provenientes de porto de embarque de Cacheu e adjacências.

Cacheu⁶ é uma cidade costeira da Guiné-Bissau, que fica junto ao rio com o mesmo nome. Situa-se no nordeste da região de Cacheu (que faz fronteira com a região do Biombo e região do Oio), tendo sido a antiga capital da colônia portuguesa. Também em Cacheu que se constituiu a primeira feitoria na Guine colonial.

⁵ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maranh%C3%A3o>. Acesso aos 30/03/2018

⁶ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacheu_\(cidade\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacheu_(cidade)). Acesso aos 30/03/2018

6.3 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Na primeira etapa dessa pesquisa, pretendemos fazer pesquisa na biblioteca histórica de São Luís do Maranhão e realizar as entrevistas com os quilombolas que lá se encontram, principalmente com os que têm traços identitários na Guiné-Bissau, isto é, pessoas cujos ancestrais foram trazidos para Maranhão no período escravocrata. Logo na segunda etapa faremos as entrevistas e recolheremos os depoimentos dos mais velhos na cidade de Cacheu. Além disso, pesquisaremos no memorial de escravatura.

6.4 ANÁLISE DOS DADOS

O centro da nossa pesquisa é a análise bibliográfica, pesquisa do campo e documentários. Para aprofundar (ou para deixar a nossa pesquisa mais aprofundada) recorreremos às seguintes vias: através das monografias documentários, revistas os arquivos do memorial, dissertações e resultados que conseguimos no campo. Segundo Cerswell (2010), “a análise dos dados envolve a coleta dos dados abertos, baseada em formular questões abertas e desenvolver uma análise das informações fornecidas pelos estudantes” (CERSWELL,2010, p.217).

7 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao Séc. XX: Em Defesa de uma História Sub-Regional da Senegâmbia**. In _____. Soronda: revista de estudos guineenses. nº 9 (Jan. 1990), pp. 3-21. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09708.009#!8>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BENZINHO e ROSA. **Guia turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau**. Gráfica ediliber: Coimbra, 2015. Disponível em: <http://www.eeas.europa.eu/archives/delegations/guinea_bissau/documents/press_corner/20160215_guia_guinea_bissau_uniao_europeia_afectos_pt.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018. CACHEU. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacheu_\(cidade\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacheu_(cidade))>. Acesso aos 30/03/2018.

CALDEIRA, Alfredo (coord.). **Catálogo. Memorial da escravatura e do tráfico negreiro - Cacheu, Guiné-Bissau**. Julho de 2016. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/img/destaques/2016/112/Catalogo_Memorial_Escravatura.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2018.

CAMPOS, Américo. **História da guiné-bissau em datas**. 2012. Disponível em: <<https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional: Conexões Entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. Salvador, 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/264000839/Artemisa-Odila-Guine-Bissau-Da-Luta-Armada-a-Construcao-Nacional-Conexoes-Entre-o-Discurso-de-Unidade-Nacional-e-Diversidade-Etnica-1959-1994>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Mistos**. Tradução Magda Lopes; 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FESTIVAL DE CACHEU. **Imvf Ongd**, 2012. (10:14 min.), son. Color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TRWYCEGYaVk>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FRANCISCO, M. E. **As Fontes Arquivistas Sobre, a História do Espaço de Cacheu e Perspectivas de uma Intervenção Arqueológica**. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p12c02-eugc3a9nia-francisco.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GUIMARÃES, C. S. **O comércio de Escravos na África Ocidental e Centro-Ocidental – Século XVI**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: julho, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300869409_ARQUIVO_CeciliaGuimaraesartigoAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Guiné-Bissau: Alimentar o Comércio de Escravos de Cabo Verde**. 2016. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/-guinebissau-alimentava-o-comercio-de-escravos-de-cabo-verde-1729883>>. Acesso em: 19 out. 2017.

JÚNIOR, R. S. B. **Nas Rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de Escravos Rizicultores da Alta-Guiné Para o Maranhão (1770-1800)**. Salvador, 2009.

LOPES, A. Marques. **Colonização da Guiné (1800-1819)**. Disponível em: <<http://aguine.blogspot.com.br/2016/04/colonizacao-da-guine-1800.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LOVEJOY, Paul. E. **A Escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MANENTI, Caetano. **Lista Com Nomes de Navios Negreiros Escancara Cinismo dos Comerciantes de Seres Humanos no Oceano Atlântico**. GELEDÉS, 24. abr. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lista-navios-negreiros-cinismo-comerciantes-seres-humanos-oceano-atlantico/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MARANHÃO. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

MENDES, António Almeida. **Portugal e o Tráfico de Escravos na Primeira Metade do Século XVI.** 2008. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS07_013.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PACHECO, C. M. F. **Origens e Transformações da Escravidão na África: Como o Negro Foi Transformado em Sinônimo de Escravo.** Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1399-6.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RODRIGUES, A. J. **Metodologia científica.** São Paulo: Avercamp, 2006.

SANTOS, Manuel. **Guiné Bissau: A Formação da Nação.** In _____. A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Bissau: INEP, 1989. pp. 219-242.

SILVA, M. C. G. **Alta Guiné e Maranhão: Tráfico Atlântico e Rotas Comerciais na Segunda Metade do Século XVIII.** 4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional / (PPGH – UFRRJ). Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariacelestegomesdasilva.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SOARES, M. C. **Descobrimos a Guiné no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: 161(407) 71-94, abr./jun. 2000. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/May07oZX0EDrb_guine.pdf. Acesso em: 29 dez. 2017.

TEIXEIRA, Manuel. **Forte.** Disponível em: <<http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=1751>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

TESTA, H. G. **O escravo africano: esse desconhecido.** Juiz de Fora, 2017.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **As Interfaces da Pesquisa Etnográfica na Educação.** Revista Linhas. v. 5, n. 1 (2004). Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1237/1050>>. Acesso em: 30 mar. 2018.